

Política

Bancos
Banco do Brasil e Caixa decidem ficar na Febraban. Pág. A8

COLUNA DO ESTADÃO

ALBERTO BONINI
TWITTER: @COLUNAESTADAO
COLUNA@ESTADAO.COM
POLITICA@ESTADAO.COM
BLOG@COLUNA-DO-ESTADAO.COM

Caravanas dizem contar com proteção policial

Organizadores de caravanas bolsonaristas têm afirmado em grupos de WhatsApp que forças policiais estarão do lado deles nos atos do 7 de Setembro. Até a presença de policiais armados dentro de ônibus tem sido anunciada e usada como "atrativo" para que manifestantes se sintam seguros. Em áudio a interessados em pagar R\$ 230 para um bate-volta saindo do Espírito Santo, a coordenadora de uma caravana alega que policiais "conhecidos" vão acompanhá-los até a Paulista e devem estar armados para proteger os manifestantes durante a viagem.

» **Apuração.** A Coluna teve acesso a conversas em grupos de mobilizações que saíram do interior de São Paulo e do norte do Paraná.

» **Clima...** Renato Sérgio de Lima, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSF), diz que policiais não podem usar armas para atuar em serviços de segurança privada e não podem participar de atos políticos como militares da ativa.

» **...pesado.** O Fórum e outras quatro entidades ligadas à segurança pública, Ceseec, Conectas e os Institutos Sou da Paz e Igarapé, culpam o governo federal por incentivar o uso da força como método de ação para desestabilizar o País.

» **Nas...** Levantamento feito pela MAP, agência de análise de dados e mídias, mostra que o apoio a Jair Bolsonaro nas redes sociais é de 68,19%, ante apenas 4,24% a seu governo, no período de 27 de agosto a 2 de setembro último.

» **...redes.** O apoio é impulsionado pelo ativismo dos públicos de direita, que correspondem a 33,18% do debate nas redes na última semana; se incluir presidente e filhos, chega a 36,78%.

» **Não é...** "A tática de deslocamento do presidente de temas da economia surte efeito nas redes sociais", avalia Heron do Carmo, economista da FEA/USP e consultor da MAP.

» **...comigo.** A estratégia afasta Bolsonaro da deterioração da economia, amplamente debatida nas redes. A alta do preço dos alimentos foi o terceiro assunto mais comentado pela opinião pública, com participação de 9,56%; o desemprego somou 5,98%.

» **Atos.** A militância bolsonarista centraliza os esforços nas redes para os atos do 7 de Setembro: respondem por 65% das publicações, considerando opinião pública, formadores de opinião, políticos e partidos alinhados à direita.

» **Atos 2.** Esse ativismo levou o tema a ser o mais debatido na semana, com participação de 11,23%.

» **SINAIS PARTICULARES.** Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara

ALBERTO SALES/ESTADÃO

PRONTO, FALEI!

Heni Ozi Cukier (Novo-SP)
Deputado estadual

"O discurso mais canalha é o de que Jair Bolsonaro luta contra o sistema, o mesmo sistema em que ele colocou todos os filhos pra parasitarem."

» **Para ficar...** Integrantes do Novo procuraram a Coluna para questionar a afirmação, publicada na sexta-feira, 3, de que João Amoêdo se mantém fiel aos princípios liberais do partido e à Constituição do País.

» **...claro.** Segundo eles, a nota deu a entender que apenas Amoêdo se mantém fiel a esses princípios, em contraponto com o grupo que faz oposição a ele no partido. Não foi isso que a nota quis transmitir.

» **Divergência.** Ainda de acordo com os opositores de Amoêdo, ele também contrariou ideias que estão na gênese do partido.



» **CLICK.** Em sentido horário: Carlos Lupi, Juliano Medeiros e Roberto Freire debateram ameaças à democracia com a CSB, presidida por Antônio Neto (foto superior à esq.).

» **Questão de honra.** Arthur Lira transformou em questão pessoal, com a aprovação da Reforma do IR. O presidente da Câmara sabia que, se não aprovasse o texto ou ao menos não desse um final digno para ele, ficaria fragilizado.

COM MATHEUS LARA



Justiça Eleitoral. Ministros discutem estratégia jurídica que pode tirar presidente da disputa em caso de risco de ruptura; atos do 7 de Setembro podem ser usados como prova

TSE avalia hipótese de Bolsonaro ficar inelegível



Corte Eleitoral. Tribunal tem sido alvo de críticas de Bolsonaro, cujas declarações põem em dúvida a lisura das eleições

Wesley Galvo
Lauriberto Pompeu / BRASILIA

Ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) discutem uma estratégia jurídica que pode deixar o presidente Jair Bolsonaro inelegível para a eleição de 2022. O cerco judicial está se fechando a partir de um inquérito administrativo instaurado no TSE em resposta a uma transmissão ao vivo realizada pelo presidente, em julho, acusando o tribunal, sem provas, de fechar os olhos para evidências de manipulação em urnas eletrônicas.

Na visão desses magistrados, a depender do que acontecer e o tom adotado por Bolsonaro em seus discursos, os atos de 7 de Setembro poderão fornecer ainda mais provas contra o chefe do Executivo. O entendimento prévio é de que, uma vez configurado algum crime, o presidente poderá ter sua candidatura negada pela Justiça Eleitoral no ano que vem.

A estratégia da inelegibilidade é discutida nos bastidores para ser usada apenas em caso extremo, de risco efetivo de ruptura institucional, uma vez que, na avaliação de políticos, iniciar agora um processo de impeachment, a um ano e dois meses das eleições, seria tão traumático quanto inviável. Na ocasião em que foi aprovada a investigação no TSE, também foi determinado o envio de notícia-crime contra o presidente ao Supremo Tribunal Federal (STF), que foi aceita e incorporada ao inquérito das fake news.

Apesar de a discussão sobre o cerco jurídico avançar nos bastidores, a medida que pode dar base a uma eventual inelegibilidade de Bolsonaro é reconhecida pelos próprios ministros como pouco convencional. A Justiça Eleitoral nunca havia apre-

sentado pela Procuradoria-Geral da República (PGR), comandada por Augusto Aras.

Neste caso, além do Ministério Público Federal (MPF), partidos políticos possuem legitimidade para oferecer representação contra a candidatura do presidente; e será o próprio TSE quem julgará esses pedidos. O único requisito é que apresentem provas de que Bolsonaro cometeu crimes eleitorais.

O inquérito administrativo é comandado pelo corregedor-geral da Justiça Eleitoral, Luis Felipe Salomão, e atualmente está na fase da coleta de provas. Ele é chamado de "Plano C" por aqueles que conhecem o seu teor, justamente por reunir evidências que podem ser usadas por partidos para contestar o registro da candidatura de Bolsonaro. A apuração compõe o cerco judicial com outras duas ações de cassação da chapa Bolsonaro-Mourão no TSE, além de quatro inquéritos no STF que apuram crimes comuns do presidente.

O foco da investigação eleitoral é constatar se Bolsonaro praticou "abuso de poder econômico e político, uso indevido dos meios de comunicação, corrupção, fraude, condutas vedadas a agentes públicos e propaganda extemporânea".

A lei que regula os registros de candidatura afirma que serão inelegíveis os candidatos que "tenham contra sua pessoa ação não comporta violência e ameaças", disse Bolsonaro pretendendo discursar no feriado pela manhã, em Brasília, e seguir com comitiva para fazer o mesmo em São Paulo, à tarde.

PGR. Diferentemente de investigações criminais contra Bolsonaro em curso no Supremo, o inquérito administrativo no TSE é considerado uma alternativa mais viável por não depender exclusivamente de denúncia apre-

sentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), comandada por Augusto Aras.

Neste caso, além do Ministério Público Federal (MPF), partidos políticos possuem legitimidade para oferecer representação contra a candidatura do presidente; e será o próprio TSE quem julgará esses pedidos. O único requisito é que apresentem provas de que Bolsonaro cometeu crimes eleitorais.

O inquérito administrativo é comandado pelo corregedor-geral da Justiça Eleitoral, Luis Felipe Salomão, e atualmente está na fase da coleta de provas. Ele é chamado de "Plano C" por aqueles que conhecem o seu teor, justamente por reunir evidências que podem ser usadas por partidos para contestar o registro da candidatura de Bolsonaro. A apuração compõe o cerco judicial com outras duas ações de cassação da chapa Bolsonaro-Mourão no TSE, além de quatro inquéritos no STF que apuram crimes comuns do presidente.

O foco da investigação eleitoral é constatar se Bolsonaro praticou "abuso de poder econômico e político, uso indevido dos meios de comunicação, corrupção, fraude, condutas vedadas a agentes públicos e propaganda extemporânea".

A lei que regula os registros de candidatura afirma que serão inelegíveis os candidatos que "tenham contra sua pessoa ação não comporta violência e ameaças", disse Bolsonaro pretendendo discursar no feriado pela manhã, em Brasília, e seguir com comitiva para fazer o mesmo em São Paulo, à tarde.

disputar eleições por oito anos. Rubens Bacak, professor de direito constitucional e eleitoral da Universidade de São Paulo (USP), avalia que o teor subjetivo da lei de inelegibilidade para definir condutas abusivas permite interpretação formulada por membros do TSE. Ele pondera que sua aplicação é merária por não haver precedentes e abrir espaço para contestações. "Dá muito mais hiidez ao processo a participação do PGR, mas existe essa outra interpretação e ela parece muito plausível. Quem está pensando no processo a participação do PGR, mas existe essa outra interpretação e ela parece muito plausível. Quem está pensando na fase da coleta de provas. Ele é chamado de "Plano C" por aqueles que conhecem o seu teor, justamente por reunir evidências que podem ser usadas por partidos para contestar o registro da candidatura de Bolsonaro. A apuração compõe o cerco judicial com outras duas ações de cassação da chapa Bolsonaro-Mourão no TSE, além de quatro inquéritos no STF que apuram crimes comuns do presidente.

O inquérito administrativo é comandado pelo corregedor-geral da Justiça Eleitoral, Luis Felipe Salomão, e atualmente está na fase da coleta de provas. Ele é chamado de "Plano C" por aqueles que conhecem o seu teor, justamente por reunir evidências que podem ser usadas por partidos para contestar o registro da candidatura de Bolsonaro. A apuração compõe o cerco judicial com outras duas ações de cassação da chapa Bolsonaro-Mourão no TSE, além de quatro inquéritos no STF que apuram crimes comuns do presidente.

O foco da investigação eleitoral é constatar se Bolsonaro praticou "abuso de poder econômico e político, uso indevido dos meios de comunicação, corrupção, fraude, condutas vedadas a agentes públicos e propaganda extemporânea".

A lei que regula os registros de candidatura afirma que serão inelegíveis os candidatos que "tenham contra sua pessoa ação não comporta violência e ameaças", disse Bolsonaro pretendendo discursar no feriado pela manhã, em Brasília, e seguir com comitiva para fazer o mesmo em São Paulo, à tarde.

Fake news. Parte dos ministros do STF avaliam que o inquérito das fake news também poderia ser um caminho para frear Bolsonaro por possuir um impacto incalculável, mas o entendimento é de que é nula a possibilidade de Aras apresentar denúncia contra o presidente.

O atual PGR já expressou nos bastidores o desejo de ocupar uma vaga no STF e, caso seja mantida a fidelidade a Bolsonaro, poderá ser ele o escolhido para substituir o ministro Gilmar Mendes a partir de 2023, na eventual reeleição do presidente. Na vaga aberta neste ano, Aras foi preferido por André Mendonça, que agora enfrenta a resistência de senadores para tomar posse do cargo.

NA WEB
Portal. Colunistas do 'Estadão' analisam os atos 7 de Setembro
estadao.com.br/analisesatos

PF prende bolsonarista por incitar ato antidemocrático

Rayssa Motta
Fausto Macedo

A Polícia Federal prendeu ontem o blogueiro bolsonarista Wellington Macedo de Souza no inquérito aberto para investigar a organização de manifestações violentas no feriado de 7 de Setembro. A ordem de prisão foi expedida pelo ministro Alexandre de Moraes, do Su-

premo Tribunal Federal (STF), a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR). Ele já havia sido alvo de buscas no último dia 20 na operação que atingiu o cantor Sérgio Reis e teve o canal de YouTube suspenso.

"A medida, cumprida em Brasília, tem o objetivo de aprofundar investigações em curso nos autos de inquérito que tramita

naquela Corte", informou a Polícia Federal. O Estadão apurou que a PF cumpre diligências na investigação desde quarta-feira.

Macedo se apresenta nas redes sociais como jornalista e coordenador nacional da Marcha da Família. Ele também teve o canal de YouTube e o perfil no Instagram suspensos na investigação.

apontado pela PGR como um dos responsáveis pela divulgação de "ato violento e antidemocrático" previsto para o feriado.

Twitter. Em seu perfil do Twitter, o único que permanece ativo, chegou a publicar sobre as manifestações do feriado: "Se eles não obedecerem o nosso pedido, a cobra vai fumar".

Em outra publicação recente, em provável referência ao golpe militar de 1964, escreveu: "Após 57 anos, serão derrotados os que se achavam donos do poder. Poder do povo dá. Poder do povo tira, só o povo é o poder."

